

OFÍCIO ESPECIAL

São Paulo, 01 de julho de 2016.

Prezados(as) companheiros(as),

A APEOESP sofre neste momento uma forte perseguição política por parte do Governo do Estado de São Paulo.

Alegando supostas razões técnicas, a São Paulo Previdência (SPPREV) suspendeu o desconto em folha de pagamento das mensalidades dos aposentados associados à APEOESP e a Secretaria da Fazenda ameaça no prazo de 30 dias suspender também os descontos das mensalidades dos associados da ativa, além de multar nossa entidade em R\$ 270.000,00. A seletividade no ataque fica evidente, pois outras entidades possuem aposentados em seu quadro associativa e não estão enfrentando este problema.

Trata-se de uma tentativa de inviabilizar o funcionamento de uma entidade que luta cotidianamente em defesa dos professores e das professoras e por uma escola pública de qualidade. A APEOESP não recebe imposto sindical. É sustentada pela contribuição voluntária de cada professor e de cada professora, da ativa e aposentados(as).

O precedente para uma medida deste tipo só pode ser encontrado na gestão do ex-governador biônico Paulo Maluf, escolhido de forma indireta pela ditadura militar. Em 1979, Maluf cortou o repasse das mensalidades da APEOESP, exatamente como está fazendo agora o governo Alckmin. Apostou no enfraquecimento da entidade com a redução do número de associados. Ele queria o fim do nosso Sindicato. Não conseguiu. Foi um processo difícil, mas os professores continuaram pagando suas mensalidades e a entidade cresceu e se fortaleceu ainda mais.

Durante a greve de 92 dias que realizamos em 2015 por melhores salários e condições de trabalho, o Governo cortou o pagamento dos salários para asfixiar o movimento. Fomos ao Supremo Tribunal Federal e obrigamos o Estado a pagar os dias parados. O governo utilizou-se também de processos judiciais e ameaças de multas no valor de R\$ 100.000,00 diários para impedir que utilizássemos formas de pressão como ocupação de rodovias e avenidas. Proibiu judicialmente até mesmo que entrássemos nas escolas durante a greve.

Na luta contra a “reorganização” da rede estadual de ensino, em 2015, o governo ingressou com dezenas de ações judiciais em todo o estado de São Paulo para forçar a desocupação de mais de 200 escolas nas quais o movimento unitário de professores, estudantes, pais e movimentos sociais resistia aos projetos. Para tanto, ameaçava a APEOESP novamente com multas diárias de R\$ 100.000,00 por escola ocupada. Não cedemos. Recorremos das multas, mantivemos nossa participação no movimento e, juntamente com os demais segmentos, derrotamos o governo. Em 12/12/2015 a justiça suspendeu a reorganização.

Convocamos o movimento sindical e a sociedade civil organizada a se manifestarem contra esse ataque ao direito de organização sindical, que hoje atinge a APEOESP, mas poderá amanhã atingir outras entidades. As manifestações podem ser feitas por meio de notas e moções a serem enviadas para o Governador do Estado de São Paulo: gabinetedogovernador@sp.gov.br, com cópia para presiden@apeoesp.org.br. Solicitamos

também que façam denúncias em seus portais, redes sociais e outros meios de comunicação.

Denunciaremos esta agressão em todos os fóruns e organizações a que tivermos acesso, nacionais e internacionais, bem como aos meios de comunicação, e iremos às últimas instâncias judiciais contra este ataque.

Ameaças, truculência e tentativas de inviabilizar financeiramente nossa entidade não vão nos calar. A APEOESP continuará sua luta, sempre. Juntos, unidos, solidários, organizados nós, professores e sociedade, somos muito fortes.

Atenciosamente,



Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP